

ESCOLAS

Educação

Está decidido: as mensalidades serão reduzidas.

As mensalidades das escolas particulares serão reajustadas de acordo com o salário real médio dos professores de cada região do País, e não com base no 89% estipulado pelo Conselho Federal de Educação (CFE) que serviram de parâmetro nacional para este semestre. Em São Paulo, a correção não deverá ser superior a 52%, assim como no Rio, em cima do último valor da mensalidade do ano passado, segundo cálculos feitos ontem pela Secretaria de Planejamento — Seplan.

Isto significará uma redução nas mensalidades fixadas para o semestre em exercício, mas está sendo aceita pelas entidades mantenedoras das escolas porque, ao congelar em cruzados, afastará a possibilidade de os carnês continuarem sendo pagos com base na conversão de cruzeiros por cruzados. Um representante de escola presente à reunião de ontem entre os secretários-gerais dos Ministérios do Planejamento, Édson Nunes, e da Educação, Aloísio Sotero, disse que o novo critério a ser adotado no início da próxima semana (entre segunda e terça-feira) representa um consenso, envolvendo escolas, pais, alunos e governo, além de evitar um impacto nas despesas com os salários dos professores. Com isto concordou o secretário-geral da Seplan, advertindo porém que as mensalidades relativas ao mês de fevereiro devem ser aceitas pelas direções de estabelecimentos de ensino utilizando-se o critério de transformação do cruzeiro para cruzado de acordo com a tabela oficial. Quem não aceitar estará sujeito a penalidades, e poderá ser denunciado diretamente ao Ministério da Educação.



Irmã Irene

O diretor-tesoureiro da União Nacional dos Estudantes, Flávio Patrício, presente à reunião, concordou "em princípio" com a nova fórmula, considerando porém mais ajustada à realidade dos salários a manutenção pura e simples das atuais mensalidades e o uso da tabela de conversão da moeda.

Acordo

O Ministério da Educação fechou na madrugada de ontem, depois de 10 horas de reunião consecutiva, uma proposta de acordo que levou ontem mesmo, de tarde, à apreciação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República-Seplan. Essa proposta prevê uma redução no valor nominal das mensalidades e deve variar de Estado para Estado porque levará em conta a data base de reajuste dos professores, podendo variar, inclusive, dentro do próprio Estado.

A reunião, que iniciou às 15h30 de quarta-feira e só terminou à 1h30 da madrugada de quinta-feira, entre o MEC, estabelecimentos de ensino e Conselho Federal

de Educação, sofreu a maior resistência da parte dos proprietários de estabelecimentos de ensino, que se fizeram presentes em particular e também através da federação. Para dialogar, o MEC apresentou 15 alternativas, buscando uma mediação entre o que reivindicavam os estabelecimentos de ensino, os professores e os estudantes. Desses, segundo um participante da reunião, a que foi fechada por "convencimento" do MEC é a que baixa o valor nominal da mensalidade, sem provocar perda para as escolas (que já ganhavam muito) e sem onerar o bolso dos que pagam as taxas e permitindo a manutenção do salário dos professores. A maior resistência, disse essa fonte, foi dos estabelecimentos de ensino de São Paulo, Distrito Federal, Pará e do município de Niterói (RJ), onde a data base de reajuste dos professores é março.

Depois de vencer essas resistências, foi acertado também que as mensalidades já pagas, se forem maiores do que a taxa que vai vigorar, serão convertidas em cruzados e deduzidas nas próximas prestações.

Mas havia muitas dúvidas ontem à tarde entre diretores da rede particular de ensino de São Paulo. Todos à espera de esclarecimentos do governo. Hoje eles se reúnem à tarde, no Colégio São Bento.

Para o professor Norton Severo Batista, diretor geral do Colégio Rio Branco, à primeira vista parece certa a aplicação do índice de 89,35% nas mensalidades deste primeiro semestre, "porque ele é anterior ao pacote", segundo deliberação nº 02/86, publicada no Diário Oficial da União em 19 de fevereiro último.